

RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS E CRIANÇAS: UMA ANÁLISE DA PRODUÇÃO DA ANPED

ETHNIC-RACIAL RELATIONS AND CHILDREN: AN ANALYSIS OF ANPED PRODUCTION

RELACIONES ÉTNICO-RACIALES Y NIÑOS: UNA ANÁLISE DE LA PRODUCCIÓN DE ANPED

José Valdir Jesus de SANTANA¹
Suelma Sousa Santos SOARES²

RESUMO: Este trabalho teve por objetivo analisar a produção científica do Grupo de Trabalho sobre “Educação e Relações Étnico-raciais” da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação - ANPED, entre os anos de 2003 a 2013, especialmente a produção voltada para educação das relações étnico-raciais no contexto da Educação Infantil e nos primeiros anos do Ensino Fundamental. Utilizamos dos aportes teóricos de Abramowicz e Oliveira (2006, 2012), Fazzi (2006), Cavalleiro (2001, 2014), dentre outros. A pesquisa, do tipo estado da arte, é de caráter bibliográfico/documental. Nas pesquisas aqui analisadas, vimos que a produção acadêmica do GT 21 da ANPED ainda continua pouco expressiva no que diz respeito a pesquisa com crianças e relações étnico-raciais, diante do total de pesquisas que têm sido apresentadas e divulgadas no referido GT. Vimos que dos 161 trabalhos publicados no GT 21, entre 2003 e 2013, somente 14 trabalhos fazem referência às relações raciais entre crianças da educação infantil e primeiros anos do ensino fundamental. Todavia, esses trabalhos não privilegiam o ponto de vista das crianças em torno das relações étnico-raciais.

Palavras-chave: ANPED. Crianças. Relações raciais. Sociologia da infância.

ABSTRACT: This study aimed to analyze the scientific production of the Working Group on "Education and Ethnic-racial Relations" from National Association of Postgraduate and Research in Education - ANPED, between the years 2003 to 2013, especially the production focused on education of ethnic-racial relations in the context of childhood education and in the early years of elementary school. We used the theoretical contributions of Abramowicz and Oliveira (2006, 2012), Fazzi (2006), Cavalleiro (2001, 2014), Santiago (2014), Abramowicz (2011), and others. The research, state of the art type, is a bibliographical / documentary investigation. The research analyzed here, we have seen that the academic production of ANPED GT 21 is still not very expressive regarding research with children and ethnic-racial relations, given the total research that has been presented and disclosed in the GT. We saw that of the 161 papers published in GT 21, between 2003 and 2013, only 14 studies is refereed to racial relations between children in early childhood education and the first years of elementary school. However, these works don't privilege children's point of view in around ethnic-racial relations.

Keywords: ANPED. Children. Racial relations. Sociology of childhood.

¹ Doutor em Antropologia Social pela Universidade Federal de São Carlos. Professor adjunto da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. E-mail: santanavaldao@yahoo.com.br

² Graduada em Pedagogia pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. E-mail: suelma-pro@hotmail.com

RESUMEN: Este trabajo tuvo por objetivo analizar la producción científica del Equipo de Trabajo sobre “Educación y Relaciones Étnico-raciales” de la Asociación Nacional de Pos-Graduación y Investigaciones en Educación – ANPED, entre los años de 2003 hasta 2013, especialmente a la producción con enfoque a la educación de las relaciones étnico-raciales en el contexto de la educación infantil y en los primeros años de la enseñanza primaria. Utilizamos de los aportes teóricos de Abramowicz y Oliveira (2006,2012), Fazzi (2006), Cavalleiro (2001,2004) Santiago (2014), Abramowicz (2011), entre otros. La investigación, del tipo estado del arte, es de carácter bibliográfico/ documental. En los trabajos aquí analizados, hemos visto que la producción académica de ANPED todavía sigue poco expresiva acerca de investigaciones con niños y relaciones étnico-raciales, frente al total de estudios que han sido presentados y divulgados en el referido GT. También hemos visto que de los 161 trabajos publicados en el GT 21, entre 2003 y 2013, solamente 14 trabajos hacen referencia a las relaciones raciales entre niños de la educación infantil y primeros grados de la educación primaria. Sin embargo, esos trabajos no privilegian el punto de vista de los niños alrededor de las relaciones étnico-raciales.

Palabras clave: ANPED. Niños. Relaciones raciales. Sociología de la niñez.

Introdução

Muitos pesquisadores têm demonstrado que a escola tem se constituído em espaço de homogeneização, de negação da diferença e de institucionalização de experiências de discriminação e preconceito racial, desde os primeiros níveis da educação básica. Nisso, como afirmam Abramowicz, Oliveira e Rodrigues (2010, p. 86) “o preconceito e a discriminação, ainda que de forma escamoteada, são muito presentes na escola e essa instituição, apesar de utilizar o discurso da igualdade, não respeita as diferenças”. Pesquisas recentes, como as de Passos (2012), Finco e Oliveira (2011), Fazzi (2006), Santiago (2014), Marchi (2010) inspiradas pela Sociologia da Infância trazem novas questões, teóricas e metodológicas, para o debate acerca das relações raciais, criança e infância.

Inspirados, portanto, por essas pesquisas é que procuramos responder às seguintes *questões de pesquisa*: em que medida as pesquisas publicadas no GT 21 da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisas em Educação- ANPED, intitulado “Educação das relações étnico-raciais” têm valorizado o ponto de vista das crianças em torno das relações étnico-raciais? De que forma essas pesquisas têm se utilizado do referencial teórico/metodológico da Sociologia da Infância, na educação infantil e nos primeiros anos do ensino fundamental (1º ao 5º ano)?

Nesse sentido, foram elaborados como *objetivos* nesta pesquisa: identificar e analisar a produção científica do Grupo de Trabalho sobre “Educação e Relações

Étnico-raciais” da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação - ANPED, entre os anos de 2003 a 20013, especialmente a produção voltada para educação das relações étnico-raciais no contexto da educação infantil e nos primeiros anos do ensino fundamental; analisar em que medida essa produção tem dialogado com os aportes teórico-metodológicos da Sociologia da Infância; refletir acerca da necessidade de se construir uma educação antirracista, capaz de desestruturar as formas de preconceito e discriminação racial que atravessam o campo da educação escolar.

Estudiosos das relações raciais no campo da educação, a exemplo de Cavalleiro (2001, 2014), Gomes (2003, 2006), Fazzi (2006), Passos (2012) dentre outros, têm demonstrado que as trajetórias escolares dos negros se apresentam bem mais desiguais quando comparadas aos dos estudantes brancos. A estrutura escolar, o currículo, os tempos e os espaços escolares estão inadequados à população pobre e negra. Diante desse cenário, a perspectiva trazida pela Lei 10.639³/03, que instituiu a obrigatoriedade do ensino da História da África e da Cultura Afro-Brasileira ao longo da Educação Básica, e suas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, aprovadas em 2004, têm um sentido político e pedagógico de extrema relevância. No entanto, implementar a referida Lei não tem sido tarefa fácil. Acreditamos que um dos aspectos essenciais para que isso ocorra passa pela formação de professores, sobretudo porque os professores estão impregnados por preconceitos e atitudes racistas que os levam a rejeitar a reflexão sobre as relações étnico-raciais, posto que já naturalizaram o racismo em seu cotidiano.

Pode-se afirmar que o racismo, ao estruturar as relações sociais e raciais em nosso país, tem envenenado as mentalidades de nossas crianças, como afirmou Munanga (2005), inclusive no espaço escolar. A escola tem se constituído como um lugar que não valoriza a diversidade negando, portanto, a identidade étnico-cultural de nosso país, como já demonstraram Cavalleiro (2001, 2005, 2014), Silva (2010, 2015) dentre outros.

Trata-se de uma pesquisa qualitativa, de caráter bibliográfico/documental, (CANDIOTTO, BASTOS e CANDIOTTO, 2011; GIL, 2012), onde buscamos apresentar o estado da arte em torno das relações étnico-raciais, a partir de pesquisa produzidas com e sobre crianças apresentadas e publicados no GT 21 - Educação e

³ Atual 11.645/2008.

Relações Étnico-Raciais -, da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação – ANPED.

Os textos selecionados para esta pesquisa foram extraídos do *site* da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação – ANPED, entidade que surgiu na década de 1970, objetivando “[...] fortalecer e promover o desenvolvimento do ensino de pós-graduação e da pesquisa em educação, procurando contribuir para sua consolidação e aperfeiçoamento, além do estímulo a experiências novas na área” (ANPED, 2016). Analisamos os trabalhos publicados no GT 21 - Educação e relações Étnico-raciais, criado oficialmente na 24ª Reunião Anual da Associação, em 2001, com o nome Grupo de Estudos Afro-Brasileiros e Educação que, a partir de 2009, torna-se Grupo de Trabalho sobre Educação e Relações Étnico-raciais. Este GT têm sido um espaço de discussão importante em torno das questões étnico-raciais.

As publicações analisadas correspondem aos dez (10) primeiros anos de implantação da Lei 10.639/03, ou seja, entre 2003 e 2013. Ademais, nosso interesse foi avaliar, somente, os trabalhos publicados na forma de comunicação oral. A pesquisa foi realizada em duas etapas. Na primeira etapa, foram avaliados os trabalhos publicados entre 2003 a 2009, totalizando 78 trabalhos publicados no referido GT. Dos 9 trabalhos publicados em 2003, somente 1 faz referência a relações raciais entre crianças; todavia, este trabalho não se volta a analisar às relações raciais no contexto da educação infantil. Em 2004, foram publicados 9⁴ trabalhos, dos quais somente 2 (dois) fazem referência às relações raciais com crianças. Em 2005, dos 22⁵ trabalhos publicados, apenas 2 pesquisas têm a temática racismo nos primeiros anos do ensino fundamental; no ano de 2006 foram publicados 11 trabalhos; desses, somente 1 faz referência a criança, mas com o foco no trabalho rural infantil. Nenhum trabalho relacionado a esta temática foi publicado no ano de 2007, do total de 06 trabalhos. Em 2008, dos 11 trabalhos publicados, apenas 2 apresentam a criança negra como objeto de pesquisa. No ano de 2009, dos 9 trabalhos publicados, apenas 1 faz referência à infância.

Na segunda etapa da pesquisa foram analisados os trabalhos publicados entre 2010 e 2013, totalizando 83 trabalhos. Dos 13 trabalhos publicados em 2010 apenas 2

⁴ Dos nove trabalhos que aparecem publicados no site da ANPED, no ano de 2004, só tivemos acesso a oito trabalhos, posto que o trabalho intitulado “*Rompendo o silêncio com o método sociopoético: a desnaturalização do preconceito racial na escola*”, não estava disponível para fazer download.

⁵ Dos 22 trabalhos que aparecem publicados no site da ANPED, no ano de 2005, só tivemos acesso a 21 trabalhos, posto que o trabalho intitulado “*Cinco discursos sobre as relações étnico-raciais no Brasil*”, não estava disponível para fazer download.

trazem aspectos que contextualizam questões raciais com alunos, contudo somente 1 traz uma abrangência maior em torno do racismo envolvendo crianças no ensino fundamental. No ano de 2011, entre as 30 pesquisas analisadas, somente 3 fazem referência ao racismo sofrido por crianças, porém o texto da autora Francisca de Lima Constantino, “Reflexões em torno das relações raciais no Brasil e da constituição da identidade de crianças negras na sala de aula com base na perspectiva dialógica” não foi encontrado em sua versão completa, estando disponível apenas o resumo. Já no ano de 2012 foram 22 trabalhos apresentados, com apenas 1 trabalho referente a criança; em 2013, dos 18 trabalhos apresentados, 1 único trata de questões étnico-raciais e educação infantil.

Cabe ressaltar que essa pesquisa contou com uma bolsa de Iniciação Científica da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, a quem agradecemos.

Análise da produção do GT “Educação e relações étnico-raciais”

A pesquisa de Souza (2003) teve como objetivo identificar nas manifestações de alunos, estudantes de sexta-série de uma escola da rede pública municipal do Rio de Janeiro, com idades variando entre 11 e 18 anos, atitudes, palavras, preferências e reações que possam conter significados preconceituosos com relação às características raciais dos indivíduos.

Participaram da pesquisa de Souza de 129 alunos, sendo que 70 do sexo masculino e 59 do sexo feminino. Dos setenta alunos, 36 eram negros e afrodescendentes e 34 eram brancos. Das cinquenta e nove alunas, 35 eram negras e afrodescendentes e 24 eram brancas. Buscando compreender o “preconceito com relação à aparência” ou o modo como este é revelado pelos estudantes, a autora assim descreve a técnica de pesquisa utilizada:

O preconceito em relação à cor ou à aparência, pelos alunos, foi revelado nas respostas a uma das questões do questionário aplicado em que havia quatro fotos de pessoas jovens: dois rapazes – um negro e um branco – e duas moças – uma branca e uma negra, acompanhadas da seguinte pergunta: Qual dessas pessoas da foto é a mais bonita? Por quê? (SOUZA, 2003, p. 2).

Em relação a esse aspecto e considerando o número total de alunos,

A moça branca foi a campeã dos votos porque desses 129 alunos, 57 (44,1%) votaram nela. Mas, isso se deve, principalmente, aos votos masculinos, pois, dos 70 alunos, 50 votaram na moça branca. Os sete

votos restantes foram das meninas. Esse dado revela que existe uma diferença entre as manifestações masculinas e femininas: enquanto que os alunos não votaram em fotos de indivíduos do mesmo sexo, as alunas votaram em ambas as fotos. Quer dizer, elas fizeram escolhas por fotos de pessoas do mesmo sexo demonstrando que, nesse aspecto, elas estão um pouco mais distanciadas dos estereótipos preconceituosos machistas que ainda imperam em nossa sociedade. Por escolha das meninas, tanto negras e afrodescendentes quanto brancas, o rapaz negro foi o segundo mais votado – 31 votos que correspondem a 24% do total de alunos. Das 35 alunas negras e afrodescendentes, 21 escolheram-no e das 24 brancas, 10 o escolheram. O número de alunas negras e afrodescendentes que votaram no rapaz negro foi o dobro dos votos das alunas brancas, mas, se for levado em conta que a grande maioria dos alunos – negros, afrodescendentes e brancos – votaram na moça branca, pode-se dizer que aqui as alunas não levaram a cor branca em consideração tanto quanto os alunos de sexo masculino foi o dobro dos votos das alunas brancas, mas, se for levado em conta que a grande maioria dos alunos – negros, afrodescendentes e brancos – votaram na moça branca, pode-se dizer que aqui as alunas não levaram a cor branca em consideração tanto quanto os alunos de sexo masculino (SOUZA, 2003, p. 3).

O que a pesquisa de Souza revela não é muito diferente do que muitos estudiosos das relações raciais têm demonstrado em suas pesquisas: a ação da branquitude nas estruturas psíquicas do sujeito, ou seja, o modo como atua o privilégio simbólico da branca, como já nos disse Bento (2009). A autora ainda assevera:

O que se pode extrair desses dados? Que os alunos e alunas, da faixa etária entre 11 e 18 anos – bem jovens ainda – tanto pela foto que escolheram quanto pelas justificativas, valorizam a aparência física ou seja, o aspecto físico é sempre levado em consideração nos primeiros julgamentos que as pessoas fazem umas das outras e, o olhar sobre o corpo negro na escola, a forma como alunos tanto negros quanto brancos lidam com essa questão, evidenciam as diferentes visões e percepções culturais de um grupo em relação a outro (SOUZA, 2003, p. 7).

Por fim, conclui a autora:

Diante de tal quadro não é de se estranhar que muitos alunos, dessa majoritária parte da população, não se identifiquem como tal porque o negro e o afrodescendente estão sempre relacionados a coisas ruins. Com isso, a auto-estima e a auto-confiança desses alunos diminuem, na medida em que um auto-conceito negativo é gerado na sociedade (SOUZA, 2003, p. 9).

A pesquisa de Veríssimo (2004) teve como objeto de estudo uma unidade da Rede Estadual de Ensino e todas as séries do ensino fundamental, no intuito de buscar

explicações para o processo de exclusão, do ponto de vista da aquisição de conhecimento, de crianças pobres e negras, demonstrando o quanto o currículo escolar é engessado, inflexível, valorizando apenas os conteúdos didáticos, e deixando de lado aspectos relevantes para a construção da identidade da criança negra como sujeito autônomo e social. Segundo a autora,

A escola, assim como toda a sociedade brasileira que trata o racismo como algo distante da realidade, não tem muita clareza de como abordar essa temática. A idéia de que não existem atitudes racistas no Brasil está presente não apenas no cotidiano social, mas também no escolar. Essa perspectiva tem propiciado, entre muitas coisas, um grande imobilismo e um crescente reforço na credibilidade da existência do mito da democracia racial” (VERÍSSIMO, 2004, p.12).

Ademais, segundo a autora, sua pesquisa é uma tentativa de ilustrar a realidade vivenciada pelas crianças no ambiente escolar, o processo de reprovação e exclusão por conta dos fatores sociais, históricos e econômicos, e como esses fatores interferem no sucesso e no fracasso do processo de aprendizagem. Expõe, também, a ocorrência da exclusão como consequência do racismo, que perpetua e deixa arraigada ainda mais a indiferença, naturalizada entre os alunos, professores, escola e família, pois a escola não se posiciona criticamente e ativamente, em questões relacionadas ao racismo ou discriminação racial, por não perceber a criança como sujeito ativo, curioso investigador, capaz de criar suas próprias concepções; a preocupação maior da escola ainda é com o processo de alfabetização. Segundo Romão (*apud* VERÍSSIMO, 2004, p 2),

O educador que não foi preparado para trabalhar com a diversidade tende a padronizar o comportamento de seus alunos, tende a adotar uma postura etnocêntrica e singular, concluindo que, se as crianças negras “não acompanham” os conteúdos, é porque são “defasadas econômica e culturalmente”, avaliações estas apoiadas em estereótipos racial e cultural, ou são “relaxadas” e desinteressadas.

A partir de sua pesquisa, a autora chega à seguinte conclusão:

A escola, então, não tem se colocado à tarefa de apresentar alternativas para superar o racismo no interior do seu próprio espaço, muito pelo contrário, tem se tornado locus privilegiado de sua reprodução. Por outro lado, é nesse cotidiano escolar que está a chave para a construção de um outro patamar de percepção, onde o racismo não terá condições de se reproduzir com tanta naturalidade: se a escola é o espaço de reprodução das relações sociais também pode ser o de transformação, basta que se coloque a tarefa de pensar criticamente a sociedade de forma a estabelecer uma mediação entre os homens e o mundo que os cerca, na perspectiva da não conformidade. Assim, as crianças também não internalizam uma trajetória positiva como capazes de fazer e ser diferente do que está previamente delineado no

seu cotidiano. Elas não constroem identidades positivas, pois mal conseguem saber quem são (VERÍSSIMO, 2004, p. 17).

Em sua pesquisa, Veríssimo (2005) teve como objeto de estudo uma escola pública da periferia do estado de São Paulo entre os anos 1998 a 2002, sendo parte de sua pesquisa de doutorado. Utilizou-se de um estudo etnográfico, com o objetivo de compreender de que forma as políticas públicas podem contribuir para exclusão ou não dos alunos das escolas públicas, evidenciando neste processo uma lógica peculiar às crianças negras e pobres.

Segundo Veríssimo (2005), numa sociedade capitalista, fatores político-sociais, necessariamente, não se articulam com as questões de igualdade, pois a produção da desigualdade é uma das vertentes que alimenta o capitalismo, o liberalismo burguês. Nesse sentido, é preciso ficar atento às artimanhas desse processo, para possibilitar que nesta complexidade se compreenda a contradição entre exclusão e inclusão.

Pode-se perceber, conforme explicita Veríssimo (2005), que a instituição escolar tem a possibilidade de mediar, por meio de suas ações, uma interação justa e significativa, fazendo a criança se perceber e se identificar no espaço onde está inserida, favorecendo a apropriação da sua verdadeira cultura e história social. Cabe salientar que a falta de envolvimento e de interferência dos professores, diante dos episódios racistas, perpetuados na sala de aula, distancia a criança do reconhecimento das relações étnico-raciais, dentro e fora da escola, impossibilitando que ela relacione suas experiências de vida com a satisfação de pertencer a “raça” negra. Para a autora,

Nesse contexto, além dos problemas específicos de aprendizagem, é possível verificar que se encontra uma maioria de crianças negras que se deparam com uma nova barreira a ser superada dentro de uma lógica de exclusão que leva em consideração que todos são iguais quando chegam no espaço escolar, mesmo que a realidade ressalte as diferenças (VERÍSSIMO, 2005, p.7).

Diante disso, é inevitável constatar que o racismo contribui para o fracasso escolar das crianças, pois a comunidade escolar não desenvolveu e ainda resiste em desenvolver nos seus alunos atitudes e ações que priorizem a formação de caráter de indivíduos; ao contrário, com atitudes impensadas de indiferença frente ao racismo vivenciado no cotidiano, dissemina e prolifera constantemente a reafirmação de que criança negra e pobre tem mais dificuldade de aprendizagem e, portanto, menos capacitada para adquirir habilidades. Esse desajuste do sistema educacional fica ainda mais evidente pela falta de formação ou capacitação dos profissionais dessa área,

dificultando uma formação capaz de desenvolver nos professores a compreensão de que é possível combater o racismo e, portanto, desnaturalizar os processos que, cotidianamente, reafirma-o.

A pesquisa de Costa (2005), que teve como objetivo evidenciar como professores e alunos percebem, no cotidiano escolar, os conteúdos de discriminação veiculados pelos livros de língua portuguesa, adotados no Ensino Fundamental, para alunos de 5^a a 8^a séries, mediante o Plano Nacional do Livro Didático – PNLD – 2002.

Trata-se de uma pesquisa de campo, desenvolvida em escolas da rede pública Estadual do Mato Grosso, realizada em duas fases distintas: uma fase refere-se à análise dos livros didáticos do PNLB de 2002, no sentido de avaliar em que medida ocorreram mudanças nos seus conteúdos em relação aos modos como os grupos negro e branco são representados; a outra fase envolveu entrevistas com alunos variando, cuja idade variava entre 10 e 18 anos, e de professores Licenciatura em Letras.

Segundo a autora, em relação aos conteúdos dos livros em torno das questões raciais, pouco têm mudado no decorrer dos anos, no que se refere à representação positiva do negro. Nesse sentido,

Os textos não-verbais apresentam disparidade na representação do branco e do negro, promovendo um processo de invisibilidade deste grupo racial (discentes e docentes). Não oferecem aos professores, nem aos alunos, elementos que lhes possibilitem reconhecer os negros como integrantes legítimos do espaço escolar. Essa invisibilidade ajuda a construir em torno dos sujeitos com características fenotípicas diferentes das atribuídas aos filiados ao grupo branco um véu de inexistência ou de alienígena no processo educativo. Nos textos não-verbais analisados, a representação de negros não ultrapassa o índice de 11%, contrariando os dados censitários 2000 que apontou um percentual superior a 40% a somatória de pretos e pardos na população brasileira (COSTA, 2005, p. 2).

A autora argumenta, também, que até mesmo o espaço escolar tende a representar esse ideal de superioridade branca, através de imagens de pessoas de fenótipo branco; por conseguinte, quando encontrada as poucas imagens do negro, geralmente estão associadas a situações humilhantes degradantes, desumanas, negligenciando a presença majoritária de crianças não brancas. Ainda, em relação às imagens contidas nos referidos livros, a autora afirma:

O livro didático traz muitas formas de detração da imagem do negro. Essas formas são apresentadas tanto através dos textos não-verbais, quanto da linguagem verbal escrita, ou pela associação de uma e de outra, mantendo uma ‘linha’ divisória entre negros e brancos, com benefícios convertidos para estes. O grupo negro está apresentado nesses livros, na maioria das situações, como um problema social. As

crianças estão abandonadas, esmolando, praticando furtos. Tanto as crianças quanto os adultos estão apresentados sem vínculos afetivos, como por exemplo, familiares (COSTA, 2005, p. 3).

Mesmo quando negros e brancos são apresentados em situação degradante, o personagem branco ainda apresenta superioridade em relação ao personagem negro, ressalta a autora.

Segundo Costa (2005), o que impressiona é que a maioria dos professores entrevistados não conseguem ver o livro como uma ferramenta ideológica capaz de interferir no modo como as relações raciais se constituem; os livros ainda são vistos como neutros pela maioria deles, demonstrando com suas ações o racismo sutilmente velado nas suas concepções, quando negam ou insistem em afirmar que a discriminação racial, parte dos próprios alunos negros, pois não participam e se mantêm sempre calados. Do mesmo modo, conforme a autora.

Os alunos até percebem as situações de discriminação. Porém, não encontram no ambiente escolar suporte que os ajudem a construir conceitos de respeito às diferenças. Assim, embora cômicos de que o comportamento racista constitui ofensa ao outro e está configurado como crime na legislação brasileira, continuam cultivando-o (COSTA, 2005, p.13).

É nesse sentido que, segundo Costa (2005, p. 13), “o livro didático, apesar de sua importância e abrangência no contingente populacional brasileiro, continua negando ao negro o direito de ser percebido e tratado em um contexto de equidade social”.

O trabalho Nunes (2006), síntese de sua tese de doutorado, buscou entender a articulação entre escola, trabalho e diversidade étnico-racial entre crianças estudantes de uma escola rural chamada Escola Municipal de Ensino Fundamental Coronel Alberto Rosaria, situada no 6º distrito do Município de Pelotas, RS.

A escola fica a poucos metros do Corredor, onde buscam os negros, fiéis e, melhores ainda, se forem de dente bonito e sorriso largo conforme depoimento de uma ex-aluna; existem trabalhadores que conhecem dinheiro mas não conhecem as letras, as leis, os lugares da cidade, por isso seus filhos estudam; existem crianças que estudam, vão para a escola e não são vistos nas suas particularidades, essa sua passagem pela escola pode lhes conferir, para além da interpretação do valor das onças e beija-flores, uma maior atitude contra a sua própria desumanização e desumanização do outro (NUNES, 2006, p. 6).

A autora realiza uma etnografia cuidadosa e, através dela, busca compreender distintos aspectos da vida dos sujeitos que colaboraram com sua pesquisa, a exemplo

dos sentidos que as crianças atribuem ao trabalho, a importância e o porquê delas desejarem a escola, mesmo diante da “dura” disciplina que esta impõe e deseja. Nisso,

Ao absorver das práticas sociais das crianças negras os sentidos atribuídos ao trabalho como elemento através do qual são depositadas as suas perspectivas de liberdade, felicidade e escola, percebe-se que, por vezes, estes sentidos apresentam-se no seu percurso de forma antagônica a esses princípios por eles e por suas famílias adjetivados. A concepção de trabalho aqui descrita é advinda das práticas sociais, absorvida das falas, dos gestos, dos olhares que me permitem construir uma rede de significados emergentes [...] (NUNES, 2006. p. 7).

Por fim, e em relação à escola, afirma a autora:

Ao correlacionar a (s) escola (s) e infância (s), foram sendo trazidas as práticas sociais das crianças negras durante o período escolar como um modo reprimido, estrangulado em relação às experiências cotidianas, onde suas potencialidades lúdicas, criativas, inteligentes, se aguçam através de um modo de viver - em liberdade - em outros locais dos quais se sentem “parte”, como a estrada, os matos, por entre os eucaliptos, nas suas bandas e, clandestinamente, nas bandas dos outros. Durante a investigação, observei o movimento das crianças sujeitos da pesquisa que já estavam quase saindo da escola e dos seus irmãos que estavam chegando, mas nunca desistindo de estar nessa escola que ainda carece de maior conhecimento sobre as suas existências. Essas gerações cujas famílias, além de não terem tido acesso à escola, vivem aquém da cesta básica da vida, como diria Assmann e Mo Sung (2003) são construtoras de um saber negligenciado, germinal na forma de conceber a vida, as relações, a esperançosa espera de uma sociedade diversa mas não tão desigual. Encaminham, de forma despercebida, anônima, outros jeitos de viver as mazelas da fome, da falta de roupas, de trabalho, de casa e das mínimas coisas que são pedidas, durante o tempo de escola, na forma de prece, de contos de fadas como também na forma de gritos, choro e desacato (NUNES, 2006, p. 10-11).

A pesquisa de Arantes (2008), faz parte de uma pesquisa mais ampla e se propôs a compreender a educação destinada às crianças desvalidas (órfãs, enjeitadas, expostas, ingênuas) em instituições orfanológicas que funcionaram na Província de Pernambuco ao longo dos oitocentos. Tais instituições tinham como principal objetivo formar cidadãos úteis a si próprios e ao seu país. Para a realização da pesquisa, foram utilizadas como fontes regulamentos, regimentos, relatórios, programas de disciplinas e ofícios da Colônia Isabel; relatórios, regimentos e legislação da instrução pública; ofícios e relatórios da Presidência da Província; ofícios da Santa Casa de Misericórdia, Juizes de Órfãos, Colégio de Órfãos, Relatórios do Colégio do Bom Conselho. Portanto, a maior parte do corpus documental, no qual a pesquisa se baseou, é composto de documentos oficiais. Nesse sentido, segundo a autora, é preciso compreender o contexto de produção

em que foram elaboradas as fontes com que se quer trabalhar para não torná-las verdades absolutas e incontestáveis.

Durante o período estudado pela autora, haviam dois colégios para órfãos: um para meninos e outro para meninas, a Casa dos Expostos, que recebia meninos e meninas, além do Colégio de Bom Conselho fundado pelos Capuchinhos, destinado às meninas pobres e da Colônia Orfanológica Isabel, também fundada pelos Capuchinhos e que recebia meninos. Destacaremos, a seguir, algumas características de cada instituição mencionada. Nesse sentido, segundo Arantes,

Meninos e meninas negros e brancos deveriam ter um tratamento diferenciado em uma das instituições estudadas. É o caso da Casa dos Expostos. Nesse sentido, Guimarães (2002) menciona que, no caso específico de Pernambuco, a Casa dos Expostos era um lugar de instrução formal destinado a crianças negras e brancas. Apesar de serem entregues a essa instituição nas mesmas condições, a educação das meninas negras seria diferente da educação das meninas brancas, assim como a dos meninos negros e brancos (ARANTES, 2008, p. 7).

Ademais, para Arantes,

[...] mesmo chegando à Casa dos Expostos nas mesmas condições - abandonadas pelos pais, mães ou outros - as possibilidades de uma vida melhor não eram as mesmas para as crianças negras e brancas. Às meninas negras era negada a possibilidade de aprenderem sequer os saberes considerados de mulher na época (coser, fiar). O casamento era permitido às negras, porém, só com os enjeitados. Por outro lado, as meninas brancas poderiam aprender tais saberes e escolher entre casar com enjeitados ou com outros interessados desde que tivessem algum ofício. Os meninos negros aprenderiam a lidar com a terra e, como as meninas negras, só poderiam casar com enjeitadas. Diferentemente dos meninos negros, os meninos brancos teriam contato com as letras e os números. Essas possíveis situações evidenciam as desigualdades, que se estabeleciam entre meninos e meninas e brancos e negros na referida instituição (ARANTES, 2008, p. 7-8).

Jovino (2008) realizou um estudo sobre imagens de crianças negras no século XIX, através de fontes iconográficas.

Procuramos trabalhar com imagens de crianças e com os indícios de infância, elementos da cultura atribuídos às crianças, levando em conta que os seres humanos transitam por duas linhas não excludentes: a infância como tempo cronológico e a infância como experiência de vida. Para a configuração do corpus das imagens, buscamos alguns acervos na cidade de São Paulo, bem como bibliografia específica sobre imagens de negros no século XIX. As imagens provêm do acervo do Museu Paulista da Universidade de São Paulo (MP/USP), especialmente da coleção de fotos de Militão Augusto de Azevedo (JOVINO, 2008, p.2).

Todavia, o trabalho realizado pela autora não trata da relação entre crianças negras e iconografia em espaços de educação formal. Como já referido, nosso objetivo nesse trabalho é avaliar a produção do GT 21, atentando para a relação entre educação e relações étnico-raciais na educação infantil e primeiros anos do ensino fundamental. No entanto, vale recuperar alguns achados da pesquisadora, que são reveladores de certa ambiguidade no modo como as crianças negras são representadas.

Um dos símbolos de subalternização que marcavam a escravidão na iconografia do século XIX são os pés descalços. Porém, em muitas das fotos analisadas aqui, nas quais pudemos observar esse aspecto, os negros estão calçados. Isso demonstra que se trata de pessoas com algum poder aquisitivo, que podiam atender a alguns padrões sociais, embora seja prudente considerar que tanto a roupa quanto o sapato pudessem ser disponibilizados pelo fotógrafo. [...] De outro lado, mostra que o retratado está inserindo, marcando certa distinção entre esses negros e os outros negros e mostrando certa ascensão ou mobilidade. [...] De modo geral, as imagens de crianças também corroboram alguns estudos europeus sobre iconografia da Idade Média e dos séculos XVII a XIX com crianças, a exemplo de Ariès (1981) ou Chalmel (2004). Nesses trabalhos, muito se ressaltou das imagens de crianças as representando muito parecidas com os adultos em retratos pintados. Nas fotografias analisadas aqui, a proximidade se dá especialmente pelo vestuário. Mesmo considerando que adultos e crianças estejam posando em seus melhores trajes, o modo como se vestem ocasiona uma espécie de indiferenciação etária, marcada apenas pela diferença de tamanho. O mesmo também vale para as representações da escravidão, nas quais as quitadeiras e os pequenos vendedores, iguados pelo trabalho, se diferenciam pela estatura. [...] Em muitas outras imagens, mesmo não estando às costas das mulheres, as crianças negras pequenas aparecem como parte do cenário de trabalho dos adultos: estão no chão de terreiros de café, das cozinhas e das salas de costura, enquanto os olhares dos adultos ou das crianças maiores estão voltados para as atividades do trabalho que realizam. [...] Ao mesmo tempo em que as práticas escravistas produziram exacerbadamente a imagem exótica do trabalho escravo, elas também criaram a invisibilidade das pessoas negras, em especial das crianças, evidenciada pela falta de sinais de infância e pela proximidade com o trabalho. Portanto, isso nos leva a crer que, entre a infância escrava, aquela em perigo (como as crianças expostas e as nascidas livres de ventre escravo) e a perigosa (como os moleques que perturbavam a ordem nas ruas das cidades), as práticas do século XIX produziram, sobretudo uma ambigüidade: a existência de um sentimento de infância e a invisibilidade da criança e da infância negra (JOVINO, 2008, p. 12-14)

A pesquisa de Fonseca (2009) apresenta e analisa o perfil racial dos estudantes que frequentavam as escolas a partir das listas⁶ elaboradas pelos professores. Dessa forma,

As listas que contém os registros sobre o pertencimento racial de alunos se referem a quatorze aulas públicas e particulares de diferentes pontos da província. Nove destas aulas eram de escolas de instrução elementar e cinco eram de latim e filosofia racional. A forma como se dá o registro do pertencimento racial nestas listas é variável, mas ocorre a partir de algumas categorias específicas. Em geral, há o registro de três grupos de indivíduos, dois são comuns a todas as listas, são eles os brancos e os pardos. Além destes, há um outro grupo que é denominado com termos variáveis e aparece em algumas listas como crioulos e, em outras, como pretos, negros ou mestiços (FONSECA, 2009, p. 4).

Ademais, segundo o autor, mesmo que o número de lista analisado não possibilite uma análise conclusiva acerca do como o preconceito racial era reproduzido nas práticas pedagógicas nas escolas de Minas Gerais no século XIX, é possível tirar algumas conclusões. Nisso, ele afirma:

[...] A recorrência de distribuição dos julgamentos negativos e positivos para os diferentes grupos raciais é um indício importante na avaliação da conduta das escolas deste período. Além disso, é preciso considerar que o preconceito racial era um elemento muito presente na sociedade mineira e é pouco provável a sua ausência nos espaços escolares, onde, como indicam as próprias listas, havia uma reunião dos diversos grupos que compunham a população mineira (FONSECA, 2009, p. 5).

Concluindo, afirma Fonseca,

Quando reunimos as pessoas que foram classificadas como estudantes em todas as listas nominativas, temos um total de 32 indivíduos; destes apenas 06 não foram classificados como brancos e receberam a designação de pardos. Isso pode ser tomado como um reforço em relação ao que já havia sido indicado pelas listas de professores, ou

⁶ O conjunto das nove listas dos professores de primeiras letras que atuaram em Minas Gerais, nos anos de 1820 e início de 1830, revela que os negros compunham a maioria dos alunos presentes em suas aulas e mesmo quando não eram a maioria, estavam presentes em número próximo ao dos alunos brancos. Essa realidade se modifica quando consideramos as listas que apresentam alunos que frequentavam os níveis de ensino acima da escola de instrução elementar. Das listas que registraram o pertencimento racial dos alunos, cinco se referem aos níveis mais elevados do ensino e nelas encontramos um perfil racial diferenciado daquele que foi descrito para as escolas de primeiras letras. As cinco listas apresentam dados relativos a duas escolas: uma, de um professor de latim, da cidade de Paracatu, em 1823, e quatro do Colégio Bom Jesus de Matosinho, em 1831, sendo três aulas de latim e uma de filosofia racional. Os dados que se referem às escolas secundárias devem ser tomados como indícios que apontam para existência de um perfil diferenciado entre essas escolas e as de primeiras letras. Ou seja, considerando os dados das listas de professores e o contraponto entre as aulas de primeiras letras e as da escola secundária, percebe-se a tendência para uma inversão do perfil racial das escolas, que eram marcadas por uma presença majoritária de negros no nível elementar e isso não era acompanhado pelos níveis mais elevados do ensino, onde predominavam os brancos (FONSECA, 2009, p. 7).

seja, uma oposição entre o perfil racial do público presente na instrução elementar e aquele que compunha o universo representado pelos estudantes do nível secundário. Esta inversão indica que os negros se ligavam ao nível mais elementar do ensino e os brancos dominavam os níveis mais elevados, que representava um caminho para o ensino superior. Portanto, isso também pode ser tomado como um indicativo em relação às diferentes atitudes destes dois grupos em relação ao processo de escolarização. Os brancos utilizavam a escolarização como elemento de consolidação da sua condição de elite e para isso procuravam percorrer todos os níveis dos processos de educação formal. Por outro lado, os negros utilizavam a escolarização como forma de agregar um status social que os distanciasse do mundo da escravidão e para isso bastava a inserção na escola elementar (FONSECA, 2009, p. 14-15).

A discussão trazida por Costa (2010) aproxima-se da de Costa (2005), já apresentada acima, e teve como objetivo analisar os sentidos de “negro” que as imagens acerca da escravidão contidas nos livros didáticos de História procuram fixar. Segundo o autor,

[...] o currículo de História constitui-se como um terreno fértil para pensar a produção de identidade/diferença e, neste sentido, tenho investido em analisar os diferentes discursos nos textos curriculares utilizados pelos alunos nas aulas de História (livros didáticos, exercícios, cadernos, imagens) que contribuem para a configuração de padrões raciais de “negros” e “não negros” na escola (COSTA, 2010, p.1).

As imagens analisadas, conforme Costa (2010), vinculadas ao processo de escravidão não permitem que os alunos percebam as relações de poder hegemônico envolvidas no contexto de significação do negro. Segundo o autor, os livros de História utilizados pelas crianças do Ensino Fundamental, que trata da perspectiva da História e Cultura negra, são destituídos de positividade e se aproximam de sentidos dotados de inferioridade, fatores que inibe o Brasil de conhecer a si mesmo, como afirma o autor. As questões raciais não são contempladas de forma adequada e não há como dissociar isso da História, pois esta é uma herança histórico-social e cultural, carregada de características eurocêtricas.

Em sua pesquisa Costa (2010) observou 3 alunos da rede Municipal do Rio de Janeiro que se utilizavam dos livros didáticos de História, com imagens de negros relacionadas à escravidão e descreve como estes alunos sofrem a influência através dessas representações no que diz respeito à construção de suas identidades. Para o autor, os livros didáticos desempenham função muito importante na construção do conhecimento e na manutenção de “verdades”, seja qual for a disciplina; nesse sentido,

as relações raciais e suas implicações como racismo, preconceito e discriminação surgem e se concretizam neste ambiente.

Araújo (2010), em sua pesquisa, reflete acerca da percepção de professoras e crianças em torno da literatura infanto-juvenil. A autora utilizou-se da pesquisa de campo, em uma escola municipal, envolvendo 55 alunos da 4ª série do Ensino Fundamental e duas professoras, abordando as leituras de obras literárias que enfatizam personagens negros e africanos, com o intuito de desmistificar as criações cognitivas das crianças em torno desse discurso, carregado de simbolismo.

A pesquisa de Araújo (2010) acabou revelando o quanto o processo de hierarquização branco-negro se faz vigente no espaço escolar pesquisado, através do modo como produções midiáticas (filme e obras literárias) representam personagens negros e da forma como esses personagens são recebidas e apropriadas pelas crianças e professoras. Obras literárias que trazem um forte aparato de rompimento com padrões estéticos descritos como padrões de beleza único e incontestável não são disponibilizadas no acervo utilizado pela escola, porém as obras que exaltam e reforçam a preferência pelo fenótipo branco são facilmente encontradas, utilizadas, e indicadas por todos os professores, como demonstrou a autora.

A pesquisa de Amaral (2011) teve por objetivo compreender, sob a perspectiva das crianças, o que é ser criança e viver a infância na escola. Os sujeitos da pesquisa foram crianças de idade entre cinco e seis anos, que frequentavam uma escola de educação integral no município de Curitiba. A autora ressalta que durante a pesquisa os professores afirmavam trabalhar de forma a contemplar a diversidade e as diferenças, principalmente em relação a cor da pele, ao pertencimento étnico-racial das crianças; contudo, no decorrer da pesquisa, foi possível perceber que essas diferenças não foram respeitadas e nem valorizadas. Amaral apresenta uma situação vivenciada em campo, de modo a ilustrar o quanto o debate em torno do pertencimento étnico-racial é negligenciado, impactando o modo como as crianças constroem suas subjetividades:

A atividade havia sido realizada na aula de Arte no dia da permanência, como uma homenagem para as professoras, devido à proximidade do Dia do Professor, comemorado em 15 de outubro. E os desenhos que retratavam a professora Gilmar despertaram meu interesse. Convém ressaltar que a professora Gilmar é negra, uma negra que reconhece e valoriza sua identidade cultural. No entanto, ao ser retratada, essa característica não foi contemplada por nenhuma criança, pois, ao definir a cor da pele da professora, as crianças optaram por tons rosados, desconsiderando a possibilidade de utilizar a cor preta ou marrom (AMARAL, 2011, p.11-12).

Araújo (2011) apresenta o estado da arte das produções acadêmicas referente à literatura infanto-juvenil e relações raciais, além de desenvolver uma análise particular dos estudos mais recentes. Para a autora fica evidente que embora haja alterações na explicitação do racismo de um período para outro, a produção literária infanto-juvenil brasileira pouco avançou no reconhecimento e valorização da diversidade étnico-racial, por indicar de modo sutil e implícito um discurso racista. Apesar de perceber resquícios de uma mudança na composição dos conteúdos e ilustrações das obras, de acordo com a autora, ainda não é possível reconhecer avanços na valorização e reconhecimento da diversidade étnico-racial, que até então, suprime e inviabiliza a representatividade da criança negra.

Queiroz e Passos (2012) apresentam uma discussão tendo como foco o papel da literatura na construção da subjetividade da criança. O objetivo de pesquisa foi discutir as disputas simbólicas presentes no cotidiano escolar de um grupo de crianças, em sua maioria afro-brasileira. Dialogando e desenvolvendo atividades com crianças entre 4 e 5 anos, numa escola de periferia, e utilizando-se da leitura do livro “*Chuva de Manga*”, de James Rumford, as autoras presumiram que as crianças pensam e imaginam através de um processo que tem como princípio fundamental o contato com objetos e situações reais; perceberam que para a criança negra não faz sentido ouvir e ler histórias onde os protagonistas nada têm a ver com sua realidade racial e social.

A pesquisa realizada por Soares e Silva (2013) teve como objetivo descrever como as relações estabelecidas entre crianças, crianças e adultos incidem nas configurações identitárias das crianças negras; e identificar o que crianças e adultos dizem sobre estas práticas e relações estabelecidas. As autoras realizaram uma pesquisa de caráter etnográfico, com aporte de recursos variados, como gravações de áudio, filmagens e registros, desenvolvida numa escola pública do município de Teófilo Otoni-MG, com crianças entre zero e seis anos, além de seis profissionais da educação.

As autoras enfatizam que a pesquisa foi com crianças e não sobre crianças, destacando o grau de conhecimento que as crianças possuem em relação à temática das relações raciais e seus desdobramentos como o racismo, preconceito e discriminação no espaço escolar. Ressaltam, também, a participação dos adultos no intuito de trazer uma compreensão mais ampla sobre as relações raciais.

Ao ouvir as crianças dialogando enquanto brincavam, as autoras perceberam como se manifesta a superioridade das crianças brancas, posto que elas se associam, quase que de forma natural, aos personagens principais de filmes e novelas. Apesar dos

professores e diretor(a) afirmarem que todas as crianças são tratadas com igualdade, que não existem práticas racistas em sua escola, de acordo com as autoras, foi possível identificar que as crianças negras são em sua maioria taxadas de desobedientes e indisciplinadas, numa tentativa de justificar suas reações e a forma de tratamento com as mesmas.

Considerações finais

O engajamento entre os estudos sociais da Sociologia da infância e antropologia da criança que dialogam com a questão racial, partindo da visão da própria criança, tem se tornado promissor, pois oportuniza aos pesquisadores uma visão diversificada ao considerar a criança como sujeito ativo, possibilitando uma maior compreensão do seu conhecimento de mundo, mostrando sua autonomia na aquisição de conceitos referentes não somente às questões raciais, mas de classe, gênero que também ocupam merecidos espaços de discussão.

A produção de pesquisas envolvendo crianças e o silenciamento por parte dos professores apenas evidencia a falta de combate às desigualdades que têm estruturado o ambiente escolar, espaço este que deveria estar engajado no combate a todas as formas de preconceito e discriminação. Fica explícito que as concepções sobre a importância de debater as relações raciais e racismo em ambientes como estes constitui num impasse, o que dificulta a implementação do ensino da História e Cultura afro-brasileira e Africana, conforme determinado pela Lei 10.639/03.

São poucas as pesquisas que têm se voltado a compreender as relações raciais a partir do ponto de vista das próprias crianças, como nos fica claro a partir dos trabalhos que têm sido apresentados na ANPED, objeto de nossa análise. Dos 161 trabalhos publicados no GT 21 somente 14 fazem referência a nosso objeto de estudo. Todavia, somente um trabalho privilegia o ponto de vista das crianças em torno das relações étnico-raciais, o que deixa claro a pouca relevância que os pesquisadores têm dado às crianças enquanto interlocutoras legítimas em suas pesquisas, como tem proposto a sociologia da infância e a antropologia da criança. Nesse sentido, há muito a ser feito e a sociologia da infância e a antropologia da criança têm muito a contribuir com esse debate, tanto do ponto de vista teórico quanto metodológico.

Referências

- ABRAMOWICZ, Anete. A pesquisa com crianças em infâncias e a sociologia da infância. In: FARIA, Ana Lúcia Goulart de; FINCO, Daniela (Orgs.). **Sociologia da infância no Brasil**. Campinas, SP: Autores Associados, 2011.
- ABRAMOWICZ, Anete; OLIVEIRA, Fabiana de; RODRIGUES, Tatiane. C. A criança negra, uma criança negra. In: ABRAMOWICZ, A; GOMES, N. L. (Orgs.). **Educação e raça: perspectivas políticas, pedagógicas e estéticas**. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.
- AMARAL, Arleandra Cristina Talin do. Com a palavra as crianças: algumas reflexões sobre as relações raciais na escola. In: REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 34, 2011. **Anais...** Caxambu: ANPED, 2011.
- ANPED. ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO. **Sobre a ANPED**. Disponível em: <http://www.anped.org.br/sobre-anped>. Acesso: 16 maio 2016.
- ARANTES, Adlene Silva Arantes. Educação de crianças desvalidas na província de Pernambuco no século XIX. In: REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 31, 2008. **Anais...** Caxambu: ANPED, 2008.
- ARAÚJO, Débora Cristina de. Ideologia e racismo: análise de discurso sobre a recepção de leituras de obras infanto-juvenis. In: REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 33, 2010. **Anais...** Caxambu: ANPED, 2010.
- ARAÚJO, Débora Cristina de. Pesquisas sobre literatura infanto-juvenil e relações raciais: um breve estado da arte. In: REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 34, 2011. **Anais...** Caxambu: ANPED, 2011.
- BENTO, Maria Aparecida Silva. Branqueamento e branquitude no Brasil. In: CARONE, Iray; BENTO, Maria Aparecida Silva (Orgs.). **Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil**. 4 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.
- CANDIOTTO, Cesar; BASTOS, Cleverson Leite; CANDIOTTO, Kleber B. B. **Fundamentos da pesquisa científica: teoria e prática**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.
- CAVALLEIRO, Eliane dos S. **Do silêncio do lar ao silêncio escolar: racismo, preconceito discriminação na educação infantil**. 6. ed. São Paulo: Contexto, 2014.
- CAVALLEIRO, Eliane dos S. Educação anti-racista: compromisso indispensável para um mundo melhor. In: CAVALLEIRO, Eliane (Org.). **Racismo e anti-racismo na educação: repensando nossa escola**. São Paulo: Selo Negro, 2001.
- CAVALLEIRO, Eliane dos S. Discriminação Racial e Pluralismo escolas públicas da cidade de São Paulo. In: **Educação antirracista: caminhos abertos pela Lei Federal n. 10.639/03**. Brasília: MEC/SECAD Coleção Educação para todos 2005. p. 11-17.

COSTA, Cândida Soares da. Percepções de alunos e professores sobre a discriminação racial no livro didático. In: REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 28, 2005. **Anais...** Caxambu: ANPED, 2005.

COSTA, Warley. Currículo de história e fixação dos sentidos sobre “negro”: as imagens da escravidão que circulam nos livros didáticos”. In: REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 33, 2010. **Anais...** Caxambu: ANPED, 2010.

FAZZI, Rita de Cássia. **O drama racial de crianças brasileiras**: Socialização entre pares e preconceitos. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

FINCO, Daniela; OLIVEIRA, Fabiana de. A sociologia da pequena infância e a diversidade de gênero e de raça nas instituições de educação infantil. In: FARIA, Ana Lúcia Goulart de; FINCO, Daniela (Orgs.). **Sociologia da infância no Brasil**. Campinas, SP: Autores Associados, 2011.

FONSECA, Marcos Vinícius. O predomínio dos negros nas escolas de Minas Gerais no século XIX. In: REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 32, 2009. **Anais...** Caxambu: ANPED, 2009.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

GOMES, Nilma Lino. Diversidade cultural, currículo e questão racial: desafios para a prática pedagógica. In: ABRAMOWICZ, Anete; BARBOSA, Lucia Maria de Assunção; SILVÉRIO, Valter Roberto (orgs.). **Educação como prática da diferença**. Campinas, SP: Armazem do Ipê, 2006.

GOMES, Nilma Lino. Educação, identidade negra e formação de professores/as: um olhar sobre o corpo negro e o cabelo crespo. **Educação e Pesquisa**, v. 29, n.1, p.167-182, jan./jun, 2003. Disponível:
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-97022003000100012;
Acesso em: dezembro de 2016.

JOVINO, Ione da Silva. Entre o sentimento da infância e a invisibilidade das crianças negras: ambiguidade no século XIX. In: REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 31, 2008. **Anais...** Caxambu: ANPED, 2008.

MARCHI, Rita de Cássia. A teoria social contemporânea e a emergência da “sociologia da infância” na segunda modernidade: aspectos teóricos e políticos. In: MÜLLER, Fernanda (org.). **Infância em perspectiva**: Políticas, pesquisas e instituições. São Paulo: Cortez, 2010.

MUNANGA, Kabengele. Apresentação. In: MUNANGA, Kabengele (Org.) **Superando o Racismo na Escola**. 2 ed. revisada. – Brasília: MEC/ SECAD- Secretaria da Educação Continuada, Alfabetização e diversidade, 2005.

NUNES, Georgina Helena Lima Nunes. Prática do fazer, prática do saber: Vivências e aprendizados com uma infância rural negra. In: REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 29, 2006. **Anais...** Caxambu: ANPED, 2006.

PASSOS, Joana Célia dos. A educação para as relações étnico-raciais como política pública na Educação Infantil. In: VAZ, Alexandre F.; MOMM, C. M. (Orgs.) **Educação infantil e sociedade: questões contemporâneas**. Nova Petrópolis: Nova Harmonia, 2012.

QUEIROZ, Cláudia Alexandre; PASSOS, Mailsa Carla Pinto. Sobre maçãs e sobre mangas: notas de uma pesquisa em diálogo com crianças afro-brasileiras e com a literatura. In: REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 35, 2012. **Anais...** Caxambu: ANPED, 2012.

SANTIAGO, Flávio. **"O meu cabelo é assim...igualzinho o da bruxa, todo armado."** Hierarquização e racialização das crianças pequenininhas negras na educação infantil, 2014, 147f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2014.

SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves. Crianças negras entre a assimilação e a negritude. **REVEDUC- Revista Eletrônica de Educação**, v. 9, n. 2, p. 161-187, 2015. Disponível: <http://www.reveduc.ufscar.br/index.php/reveduc/article/view/1137>; acesso: março de 2016.

SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves. Estudos afro-brasileiros: africanidades e cidadania. In: ABRAMOWICZ, A; GOMES, N. L. (Orgs.). **Educação e raça: perspectivas políticas, pedagógicas e estéticas**. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

SOARES, Lucineide Nunes; SILVA, Santuza Amorim da. Relações raciais e educação infantil: ouvindo as crianças e adultos. In: REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 36, 2013. **Anais...** Caxambu: ANPED, 2013.

SOUZA, Maria Elena Viana. Preconceito racial e discriminação no cotidiano escolar. In: REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 26, 2003. **Anais...** Caxambu: ANPED, 2003.

VERÍSSIMO, Maria Valeria Barbosa. Política educacional e construção de identidade no espaço escolar: crianças negras. In: REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 27, 2004. **Anais...** Caxambu: ANPED, 2004.

VERÍSSIMO, Maria Valeria Barbosa. Escola pública e o difícil diálogo com a inclusão. In: REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 28, 2005. **Anais...** Caxambu: ANPED, 2005.

Enviado em: Março de 2018.

Aceito em: Setembro de 2018.

Como referenciar este artigo

SANTANA, José Valdir Jesus de; SOARES, Suelma Sousa Santos. Relações étnico-raciais e crianças: uma análise da produção da ANPED. **EDUCA - Revista Multidisciplinar em Educação**, Porto Velho, v. 6, n. 13, p. 168-188, jan/mar, 2019. e-ISSN: 2359-2087. Disponível em: <http://www.periodicos.unir.br/index.php/EDUCA/index>.